

# ENSAIO SOBRE A ELABORAÇÃO DE UM ATLAS TOPONÍMICO DIGITAL A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES GERAIS DE 1258

DANIEL FILIPE DA COSTA MARQUES\*

**Resumo:** *O panorama científico atual português em História tem-se caracterizado pelo surgimento de vários projetos cada vez mais cientes da necessidade da criação de bases de dados ou cartografias digitais e sua consequente divulgação e disponibilização online. Estas ferramentas revelam ser indispensáveis no apoio a novas investigações, estabelecendo renovados padrões de conhecimento e abordagens a importantes fontes históricas. Ao mesmo tempo, tais projetos e materiais resultantes possibilitam que a produção historiográfica recente esteja ao alcance de todos. Atendendo a este contexto, neste artigo proponho uma breve reflexão sobre a criação de um atlas toponímico digital baseado nas Inquirições Gerais de 1258. Esta iniciativa seria inédita e os potenciais caminhos a explorar poderiam ser benéficos tanto para a História como para outras áreas científicas afins e demais público generalizado.*

**Palavras-chave:** *Humanidades Digitais; Toponímia; Inquirições Gerais de 1258.*

**Abstract:** *In recent years, numerous projects within Portuguese historical research have prioritized the development of databases and digital cartography, along with ensuring their online accessibility. These digital resources have proven essential for supporting new research and for establishing updated standards of knowledge and approaches to significant historical sources. Simultaneously, these digital tools have enabled recent historiographical production to become accessible to a broader audience beyond academia. Within this context, the present paper offers a brief reflection on the creation of a medieval digital toponymic atlas, centred on the 1258 Royal Inquiries. It aims to highlight some of the potential benefits of this unprecedented initiative, which opens a promising avenue for future research.*

**Keywords:** *Digital Humanities; Toponymy; Royal Inquiries of 1258.*

## INTRODUÇÃO

Diante do tema *Humanidades Digitais: debates e práticas no ensino e investigação* não posso deixar de refletir, brevemente, sobre o panorama vigente de produção científica em História Medieval<sup>1</sup>. Atualmente, este campo tem sido marcado pelo desejo de tornar a informação acessível a todos, por via da disponibilização de várias publicações e projetos em livre acesso. Neste contexto, a principal forma de difusão do conhecimento deixa de estar limitada ao formato físico e de se fechar sobre si, tornando-se mais plástica e podendo ser moldável a vários contributos. Além disso,

---

\* CITCEM (UID/04059/2025; DOI: <https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>). Email: [danielcfmarques@hotmail.com](mailto:danielcfmarques@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4022-9072>.

<sup>1</sup> Permitam-se alguns agradecimentos pessoais pelas suas contribuições várias (diretas e indiretas) no presente texto: à Liliana Sousa, ao Rui Pedro Neves, ao Gonçalo Cameira Carvalho e ao Filipe Conceição.

este recente paradigma de divulgação possibilita que os resultados das investigações sejam exteriorizados com um alcance bem superior aos anteriores modelos de divulgação. Contudo, este deverá ser um momento de reflexão com vista a formar novos equilíbrios, porque as diversas vantagens precisam agora de ser enquadradas em projetos multifacetados e articulados com outras áreas científicas e domínios culturais.

Recentemente, várias iniciativas desenvolvidas em História Medieval promoveram novas abordagens a algumas fontes relevantes, caracterizadas pelo desenvolvimento de bases de dados *online* e pelo uso de novas tecnologias digitais. Como se verá, alguns dos projetos destacaram-se pelo grande cuidado em tentarem integrar os leitores não académicos ou não especializados, principalmente, pela conceção de materiais de inteligibilidade que contextualizavam e explicavam os complexos fenómenos presentes nesses mesmos documentos históricos. Nesta senda, pretendo expor e analisar algumas dessas contribuições para, seguidamente, lançar as bases para um potencial atlas toponímico, a partir da contribuição particular das Inquirições Gerais de 1258.

## 1. BREVE REFLEXÃO SOBRE AS HUMANIDADES DIGITAIS

As Humanidades Digitais (HD) constituem hoje um campo consolidado, embora conceitualmente fluido, que tem vindo a afirmar-se de forma progressiva no panorama académico internacional. Lauren Klein e Matthew Gold assinalavam, em 2012, que havia chegado «o momento das Humanidades Digitais», marcando a sua emergência enquanto área disciplinar de pleno direito (Klein e Gold 2016). Posteriormente, em 2016, reafirmavam o seu estatuto como campo historiográfico estabelecido, ainda que reconhecessem a complexidade em definir o seu escopo, dada a multiplicidade de abordagens e metodologias que nele convergiam (Klein e Gold 2016; Underwood 2019).

Manfred Thaller, não concordava, necessariamente, com a afirmação inequívoca das HD, pois subsistia entre os vários praticantes a necessidade de justificar a existência deste campo, sinalizando o seu carácter relativamente recente no interior das Ciências Sociais. No entanto, corroborando a dificuldade de definição conceptual, propôs uma distinção operatória entre quatro grandes orientações dentro das HD: i) os estudos literários apoiados em ferramentas de análise textual; ii) as iniciativas que extraem dados das fontes, como sucede frequentemente na História, favorecendo a criação de Bases de Dados (BD); iii) as disciplinas visuais, como a Arqueologia e a História da Arte, que desenvolvem vastos repositórios imagéticos; iv) o domínio da algoritmia, intimamente ligado à ciência computacional e ao desenvolvimento de *software* específico para finalidades investigativas. Este autor salientou ainda que a informatização, o recurso à tecnologia e a utilização da internet possuem já um percurso de várias décadas, sendo hoje instrumentos correntes e imprescindíveis no decurso das investigações académicas (Thaller 2012, pp. 7-11, 14-15, 20).

Também Stephen Robertson destacou o papel fundamental da tecnologia no progresso das Ciências Sociais e Humanas, sobretudo no campo da História e no decurso

das últimas duas décadas, sendo claros os benefícios crescentes introduzidos na produção científica (Robertson 2016). A consolidação das HD tem sido particularmente notória nos Estados Unidos da América, onde têm vindo a obter maior visibilidade nos meios de comunicação generalistas e a beneficiar mais frequentemente de financiamentos (Posner 2016). Diversos autores norte-americanos sublinharam o potencial das HD na flexibilização da produção académica, permitindo abordar temas socialmente urgentes e que nem sempre encontravam o seu lugar nas agendas tradicionais das Humanidades (Posner 2016). Inclusivamente, Anne McGrail acentua o contributo destas para a promoção de valores cívicos, como a «democratização» e a «equidade», através da disponibilização de patrimónios culturais e intelectuais a um público alargado (McGrail 2016). Não menos relevante, Wendy Hsu destaca a oportunidade que as HD oferecem para repensar a relação entre académicos e o público, defendendo a integração ativa dos destinatários dentro e fora do meio universitário aquando da construção dos projetos (Hsu 2016). De facto, as HD já influenciaram as práticas editoriais dentro do campo científico. Tal como observou Amy Earhart, a crescente adoção do digital terá levado a que as editoras se readaptassem e privilegiassem, frequentemente, o formato *online* face ao texto impresso, constituindo uma resposta das novas exigências do mercado e vicissitudes do universo académico (Earhart 2012).

## 2. A INFLUÊNCIA DAS HD NA ABORDAGEM DAS FONTES HISTÓRICAS PORTUGUESAS

Conforme referido no ponto anterior, a natureza das HD poderá trazer importantes benefícios aos investigadores das Inquirições Gerais do século XIII, mesmo que aporte vários desafios. A proposta que trago concerne à elaboração de um atlas toponímico medieval, a ser pensado para divulgação sob a forma digital, cuja iniciativa pretendo esboçar neste momento, destacando processos metodológicos recentemente testados e salientando o seu carácter potencialmente inovador, sobretudo, considerando o contexto historiográfico que caracteriza as investigações em torno desta fonte. Tendo sido maioritariamente estudadas e divulgadas em formato físico, sob a forma de monografias ou de publicações periódicas, conheço, contudo, duas iniciativas que quebraram esse mesmo registo.

A primeira visou as Inquirições Gerais de 1220 e está relacionada com o projeto *Regnum Regis* (2014), do qual resultou uma base de dados (BD) que ainda hoje — volvidos quase 20 anos — se encontra funcional e em linha. Não obstante os seus enormes méritos, devo, todavia, realizar duas observações. Em primeiro lugar, relativamente ao seu «alcance», verifica-se a ausência de materiais complementares, tais como, um glossário, notas críticas ou outros comentários associados aos episódios. Em segundo lugar, destaca-se a carência de cartografia, o que acarreta uma dificuldade na compreensão espacial dos dados analisados. Esta limitação compromete, igualmente, a perceção global dos episódios em análise e poderá condicionar a realização de interpretações analíticas adequadas.

A segunda iniciativa foi proposta por Mário Viana que desenvolveu uma plataforma denominada *INQexpert*. Ao recorrer à aplicação de técnicas digitais, o autor procurou agilizar os processos de investigação mediante a identificação imediata de termos de pesquisa no texto das Inquirições Gerais de 1258 (Viana 2013, pp. 39-40; Viana 2015). No contexto das HD, esta é uma proposta que se insere na vertente denominada por *text mining*, e já aplicada, com diferentes graus de sucesso, por diversos autores estrangeiros (Tenen 2016). Porém, no caso em questão, os problemas inerentes ao texto digitalizado, como, por exemplo, a não identificação de vários caracteres, bem como a insuficiência de financiamento, resultaram em sucessivos adiamentos do lançamento desta plataforma.

Como se verá, este é um cenário pobre, especialmente se o compararmos aos esforços realizados sobre outros fundos documentais medievais. Talvez seja lógico começar por deduzir o futuro impacto do projeto *iforal — Forais medievais portugueses: uma perspetiva histórica e linguística na era digital*, coordenado por Filipa Roldão e Joana Serafim. Está previsto para breve a sua disponibilização e estima-se que causará um grande impacto no paradigma de publicação dos forais (Roldão e Serafim 2021-2024). Por outro lado, importa salientar o projeto *Littera* (2007-2010), dedicado ao estudo das cantigas medievais galego-portuguesas, do qual resultou uma base de dados que deverá servir de referência para futuras iniciativas nesta área. Destaca-se, em particular, pela inclusão de centenas de notas e comentários críticos que contribuem para a compreensão dos complexos textos poéticos deste período, assim como pela incorporação de cartografia digital que permite a visualização geográfica dos dados que foram selecionados (Lopes et al. 2019-). Aliás, a literatura desenvolvida em diversas épocas históricas tem sido alvo de outros importantes projetos como o *Romanceiro* (Ferré et al. 2019) (período tardo-medieval e moderno) e o *PhiloBiblon* (Charles, dir., 1997-), dedicado a uma cronologia contemporânea. Por sua vez, para a história do direito durante o período medieval é possível recorrer ao projeto *CLIMA*, coordenado por José Domingues e Vital Moreira, que se encontra divulgado desde 2012 (Domingues e Moreira, coord., 2012). Ainda no campo das jurisdições tardo-medievais, também pode ser consultada outra BD resultante do projeto *Juscom*, cujos autores publicaram, recentemente, uma monografia (*Meeting the judge* 2023). Por fim, há que considerar a relevância de *CODOLPOR (Corpus Documentale Latinum Portucalense)*, do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, disponibilizada em 2015 (Alberto e Espinosa, eds., 2015).

Neste contexto, diversas instituições académicas ou governamentais têm encetado importantes esforços na digitalização — ou disponibilização *online* — de materiais históricos relevantes, que passaram a estar disponíveis. De facto, uma série de publicações periódicas procederam nos últimos anos à divulgação dos seus números e séries antigas (*Revista de História da FLUP*, *Revista Portuguesa de História*, *O Arqueólogo Português*, *Lusitânia Sacra*, entre outras). Neste âmbito, importa destacar o carácter pioneiro da revista *Medievalista*, do Instituto de Estudos Medievais (IEM), cujos números têm sido

disponibilizados em acesso aberto e *online* desde a sua criação. Mais recentemente, assinala-se que diversas instituições académicas de relevo optaram pela divulgação de ferramentas digitais, salientando-se, uma vez mais, o IEM, com o desenvolvimento do seu *Geoportal* (IEM *Geoportal* 2025); o Centro de Humanidades (CHAM), através da promoção da plataforma *SeaCite* (Brito et al. 2022); e, ainda, o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), através da disponibilização de múltiplas bases de dados<sup>2</sup>.

### 3. BREVE EXPOSIÇÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DAS HD NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA MEDIEVAL NO ESTRANGEIRO

Parece ser inequívoca a associação entre a produção científica em História e o desenvolvimento de bases de dados, enquanto forma primordial de investigação e de posterior análise dos fenómenos a serem tratados (Thaller 2012; Robertson 2016). Em Espanha, é possível verificar um maior dinamismo nestas matérias através da Sociedad Internacional de Humanidades Digitales Hispánicas (*Humanidades Digitales Hispánicas* 2012-2025). No âmbito dos temas em epígrafe, destaca-se a região da Galiza pela elaboração de diversas bases de dados relevantes. Entre elas, sobressai o projeto *CODOLGA*, responsável pela informatização de um vasto *corpus* documental relativo à história galega medieval. Até à data, esta BD integra 21 015 textos compilados entre os séculos VI e XV, que se encontram disponíveis para consulta pública (Carracedo Fraga et al. 2024). De igual modo, merece referência o *Inventario Toponímico da Galicia Medieval* (ITGM), salientando-se pela abrangência geográfica, pelo período cronológico abrangido (séculos IX e XVI) e pela dimensão do conjunto de dados recolhidos, pois conta com 17 640 registos (Cereixo Silva et al. 2008).

Em diversos países europeus, o desenvolvimento de bases de dados tem seguido uma orientação preferencialmente colaborativa, sendo estas concebidas para receberem sugestões externas, o que lhes confere um importante carácter flexível. Deve ser destacado, igualmente, o atlas *Viabundus*, que se debruça sobre as vias de comunicação terrestres na região da Liga Hanseática (Holterman et al., ed., 2025). Por outro lado, embora se centre na Época Moderna, importa sublinhar um dos melhores exemplos de aplicação de cartografia digital, como é o caso das cartas portulanas disponibilizadas na plataforma *Medea-chart* (Gaspar et al. 2017-2022). Outros projetos, como o *DMMapp*, procuraram informar investigadores e demais interessados da acessibilidade física de diversos manuscritos medievais relevantes (*DMMapp* 2025). Finalmente, refira-se o caso da ferramenta *Nodegoat* concebida, especificamente, para apoiar investigações nas Humanidades, facilitando a criação de bases de dados *online* e disponibilizando diversas formas gráficas para a comunicação dos resultados científicos (Bree e Kessels 2013).

---

<sup>2</sup> Entre as quais a disponibilização de diversas bases de dados que podem ser acedidas em Recursos. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2025 [consult. 2025-09-25]. Disponível em: <https://citcem.org/recursos/>.

## 4. OS ATLAS HISTÓRICOS EM PORTUGAL E EM ESPANHA

Em Portugal, um dos principais impulsionadores dos atlas históricos foi A. H. de Oliveira Marques que, num primeiro momento, editou e coordenou o *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas* (Marques, Gonçalves e Andrade 1990) e, posteriormente, publicou o *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar português* (Marques e Dias 2003). Recentemente, os atlas têm vindo a ser apresentados sob a forma de cartografia digital e, por corresponder a uma excelente iniciativa, cumpre começar por salientar o caso de *Hereditas*, designado como «atlas da paisagem cultural», desenvolvido pelo Município de Guimarães, encontra-se em linha e possibilita a realização de pesquisas diversificadas e cruzadas em três domínios principais: tema, tipologia e época (*Hereditas* 2021-2025). Relativamente aos dados toponímicos, os autores deste catálogo disponibilizam informações para as datas de 1220, 1258, 1758 e 1842<sup>3</sup>. Não obstante, *Hereditas* não foi pioneiro no contexto nacional tendo sido precedido pelo *FamalicãoID*, de 2014, por sua vez desenvolvido com propósitos muito idênticos (*FamalicãoID* 2014). Nesse mesmo ano, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) desenvolveu um atlas exclusivamente dedicado ao património arquitetónico protegido (DGPC 2014-2015). Posteriormente, esta mesma entidade lançaria, em 2020, outro catálogo dedicado ao «património classificado e em vias de classificação» (DGCP 2024).

Como se pode observar, a maioria das iniciativas deste género tem sido promovida por entidades governamentais ou por grupos de investigação académicos, sendo manifestamente residuais as contribuições de natureza espontânea. Entre as primeiras, deve ser salientado o *Atlas de Cartografia Histórica*, dirigido por Luís Nuno Espinha da Silveira, projeto que deverá servir de inspiração para futuras iniciativas, incluindo a presente reflexão. Dedicado à Época Contemporânea, este projeto assenta num sistema designado *SIGMA*, o qual, segundo os seus responsáveis, permitiu a criação de uma base de dados, o mapeamento dos dados recolhidos e a sua disponibilização *online* (Silveira et al., dir., 1993-2005). Além deste, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas também acolheu, posteriormente, o desenvolvimento do *Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental*, entre 2010 e 2019 (Alves et al. 2010-2019). Quanto às segundas, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Fernando Mouta (Mouta 2023, p. 173)<sup>4</sup> e por Pedro Soutinho (Soutinho 2024).

No que concerne à divulgação de atlas, em Espanha o número de iniciativas realizadas é superior. Por isso, pode afirmar-se uma maior recetividade nos seus estudos, bem como uma valorização mais frequente da toponímia enquanto objeto de estudo académico e em diversas áreas científicas distintas, como a Linguística e a História. Neste sentido, os autores espanhóis realizaram uma série projetos em formato físico,

<sup>3</sup> As primeiras duas datas remetem para as Inquirições Gerais desses anos, a terceira diz respeito às intituladas *Memórias Paroquiais* e, por fim, a última data concerne ao código administrativo de 1842.

<sup>4</sup> Da sua tese de doutoramento resultou o lançamento de uma BD *online* que, infelizmente, se encontra desativada de momento. Poderia ser consultada em: <http://www.interactionsdatabase.org/>.

destacando-se as obras de Jordi Bolòs (2010, 2013), Jairo García Sánchez (2007, 2010), José María Monsalvo Antón (2010), Aigües-Vives Pérez Piquer (1997), entre outros. Por fim, enfatize-se o relevante contributo da obra coletiva *Toponímia e cartografia* (Sousa Fernández, ed., 2010), pelo conjunto de estudos que reúne, pela diversidade temática abordada e pelos resultados alcançados.

## 5. ENSAIAR O DESENVOLVIMENTO DE UM ATLAS DIGITAL BASEADO NAS INQUIRIÇÕES GERAIS DE 1258

Após algumas breves considerações sobre o estado atual das HD, bem como a exposição de diversas iniciativas relevantes, passo agora a apresentar algumas reflexões de carácter ensaístico em torno da elaboração de um atlas digital. Cabe esclarecer que, no presente texto, não serão abordadas certas dimensões de ordem técnica, dado que essas questões exigiriam a constituição de uma equipa de investigação devidamente estruturada e articulada. Refiro-me, entre outras, a decisões do foro informático, como a manutenção de uma BD em linha ou a seleção de plataformas adequadas para a implementação de cartografia digital. Todavia, à luz dos projetos anteriormente mencionados, verifica-se que já existem diversas plataformas disponíveis para esse fim, algumas das quais de acesso gratuito, como é o caso da *ArcGIS*<sup>5</sup>, da *uMap*<sup>6</sup> ou da *Nodegoat*. Assim sendo, pretendo abordar alguns processos que considero importantes, sendo que apliquei parte dos mesmos, recentemente, na minha tese de doutoramento (Marques 2025a). Procurarei orientar a minha análise por meio de uma breve exposição das características da fonte, bem como do modo como poderão ser selecionados e integrados os dados numa base de dados que acolha elementos de identificação e georreferenciação toponímica.

### 5.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA FONTE E O SEU ESTADO DA ARTE

As Inquirições Gerais de 1258 foram promovidas por D. Afonso III e manifestam um intuito óbvio de reconhecimento da condição do reino e dos direitos e património da Coroa (Ventura 2006, pp. 107-109). Para o efeito, este monarca delegou cinco alçadas de diferentes inquiridores e responsabilizou-os para questionarem milhares de testemunhas em diversas áreas próprias, que lhes foram atribuídas e que abrangiam todo o território a norte do reino e uma parte considerável do centro (Ventura 2006, pp. 108). Umbilicalmente relacionada com a afirmação da autoridade régia, esta é uma fonte produzida pela Coroa e que apresenta uma visão dos acontecimentos submetida aos melhores interesses do monarca, mesmo que os poderes senhoriais tivessem apontado inquiridores da sua confiança (Krus 1981; Krus 1985; Krus 1993; Carvalho 2019).

<sup>5</sup> *ArcGIS Online* [Em linha]. Redlands: ESRI [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://www.esri.com/en-us/arcgis/products/arcgis-online/overview>.

<sup>6</sup> *uMap* [Em linha] [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://umap-project.org/>.

Do ponto de vista historiográfico, as Inquirições Gerais de 1258 foram objeto de estudo em diversas obras fundamentais, que procurarei destacar. No que se refere à publicação da fonte, um dos contributos mais significativos e basilares teve origem no conjunto de considerações paleográficas — entre outras de distinta natureza — formuladas por João Pedro Ribeiro (Ribeiro 1815), as quais impulsionaram todo o processo de edição da fonte ao longo do século XX. Envolveu diversos editores e foi muito longo e complexo, tendo-se iniciado em 1891, com os trabalhos de João Pedro da Costa Basto, e concluído em 1977, com a contribuição de Rui Pinto de Azevedo (Sottomayor-Pizarro 2013, p. 277). Por esse motivo, as várias edições apresentaram um tratamento pouco uniforme, bem como importantes carências. Como, por exemplo, no que respeita ao processo de edição crítica, sobretudo atendendo aos padrões atuais, com a ausência de índices essenciais em várias edições a configurar uma das principais lacunas. Por outro lado, deve ser salientada a língua empregada, sendo que alguns dos textos foram traduzidos pelos copistas que os trataram (1.<sup>a</sup> alçada e parte da 4.<sup>a</sup> alçada) e outros mantiveram traços de um latim arcaico e intromissões orais do galaico-português que D. Dinis viria a tornar como língua oficial do reino (Sottomayor-Pizarro 2005, p. 139).

No que respeita à análise de dados e às contribuições de índole metodológica, destaca-se, em primeiro lugar, o artigo elaborado por Iria Gonçalves, em colaboração com os seus discípulos, no qual foram examinadas as principais formas de usurpação registadas na 1.<sup>a</sup> alçada (Gonçalves 1978). Por sua vez, Maria José Lagos Trindade introduziu interpretações relevantes nos seus estudos dedicados aos patrimónios eclesiásticos e à administração local (Trindade 1981a; Trindade 1981b). De igual modo, a metodologia e a crítica da fonte desenvolvidas por José Mattoso, Luís Krus e Olga Bettencourt, a propósito do julgado<sup>7</sup> de Aguiar de Sousa, constituem ainda hoje uma referência imprescindível (Mattoso, Krus e Bettencourt 1982). Aliás, no que concerne à análise interna do texto das Inquirições, devem ser considerados os estudos que Luís Krus desenvolveu individualmente e cujas interpretações se mantêm, ainda hoje, relevantes no campo historiográfico (Krus 1981; Krus 2011). Mais recentemente, alguns contributos mais significativos advêm das obras de Iria Gonçalves e de José Augusto de Sottomayor-Pizarro (Gonçalves 2012; Sottomayor-Pizarro 2016; Sottomayor-Pizarro e Nogueira 2017; Sottomayor-Pizarro 2018; Sottomayor-Pizarro 2021). No que se refere a este segundo autor, as suas últimas produções destacam-se tanto pelo dinamismo demonstrado na edição das Inquirições Gerais do reinado de D. Dinis, como pelos diversos estudos que contribuíram, decisivamente, para a definição das principais tendências historiográficas atuais.

Por outro lado, a identificação e georreferenciação toponímica constituem um importante processo no estudo das Inquirições Gerais. Sendo esta uma fonte caracterizada por um elevado grau de complexidade e quantidade de dados disponíveis,

---

<sup>7</sup> Corresponde a uma unidade administrativa medieval instituída no século XIII e que era presidida por um juiz afeto ao poder régio. Entre outros, veja-se Mattoso 2015, pp. 681-683.

tornou-se evidente que para a análise destes últimos era necessário desenvolver um apoio cartográfico condigno. Portanto, as duas tarefas acima indicadas revelam ser indispensáveis e, para o efeito, a maior parte dos autores recorreram à consulta dos dicionários corográficos como, por exemplo, o de Américo Costa (Costa 1929-1949), ou ainda a importantes obras que abordaram com grande rigor a toponímia e a evolução da corografia de determinadas regiões. Neste segundo aspeto, devem ser sublinhadas as obras de Domingos A. Moreira (Moreira 1972; Moreira 1984; Moreira 1985-1986; Moreira 1987-1988; Moreira 1989-1990) e de José Marques (Marques 1988), pela forma como contribuem e auxiliam os investigadores nas georreferenciações de topónimos e freguesias que foram alvo de diversas vicissitudes como, por exemplo, a extinção ou a incorporação noutra paróquia.

## 5.2. A TOPONÍMIA NAS INQUIRIÇÕES GERAIS DE 1258

Devo começar por expor algumas das características das Inquirições Gerais de 1258 que poderiam ser aproveitadas na elaboração de um atlas digital. Como foi referido, estas fontes estabelecem uma importante base de reconhecimento toponímico para uma área abrangente do território português. De norte para sul foram inquiridas terras pertencentes aos atuais distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Viseu e Guarda, sendo de destacar que alguns destes foram abordados de uma forma quase integral nestes inquéritos. Neste sentido, esta fonte disponibiliza-nos dados consistentes tanto em quantidade, como em qualidade, a uma escala muito pertinente e única dentro do conjunto das fontes medievais portuguesas. Além disso, estas Inquirições permitem-nos assinalar um período-chave da fixação toponímica, uma vez que diversos lugares povoados terão sido fundados no decurso do século XIII e foram cadastrados, pela primeira vez, num registo escrito (Gonçalves 2012; Coelho 1990; Fontes 1996; Gameiro 1996).

Nestas Inquirições, a maioria dos topónimos foram mencionados num contexto patrimonial, visando o reconhecimento dos proprietários e das suas posses, conforme foi visto em Macarôme, da freguesia de Cabanelas, do concelho de Vila Verde: «Item, in essa vila de Mocromi achamus que Petrus Johannis de Porto Carreiro comparou y erdade [...]» (*Inq. 1258*: f. III, 294)<sup>8</sup>. Simultaneamente, também foram verificadas menções de lugares nas demarcações entre propriedades, nas denominações toponímicas que acompanhavam os nomes das pessoas, entre outros contextos menos frequentes.

Contudo, esta fonte não está isenta de limitações, tendo-me sido possível identificar duas dificuldades principais. A primeira diz respeito à complexidade e morosidade

---

<sup>8</sup> Atualmente, *Mocromi* subsiste na microtoponímia na denominada «Rua de São Gens de Macarôme». Esta informação pode ser consultada no Plano de Diretor Municipal (PDM) de Vila Verde, sendo que esta artéria começa em Avilheiras, a norte, e termina em Couto, a sul. Veja-se *Emissão de plantas* [Em linha]. Vila Verde: Município de Vila Verde, [s.d.] [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <http://web02.cm-vilareal.pt/Html5Viewer/index.html?viewer=PlantasLocalizacao.PlantasLocalizacao>.

da tarefa de georreferenciar os topónimos, aspetos que abordarei no ponto seguinte. A segunda concerne na assimetria verificada ao nível da quantidade de topónimos referidos, sendo que no território respeitante aos atuais distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo, consegui georreferenciar 4308 lugares, número que contrasta, significativamente, com o volume de dados relativos a Vila Real e Bragança, onde reconheci «apenas» 1021 topónimos. No entanto, devo salientar que no primeiro espaço referido ficaram por reconhecer um maior número de topónimos (6196) e que, no segundo território, faltaram georreferenciar muitos menos lugares (562). Por isso, era evidente que este último se encontrava mais despovoado como, de resto, já salientou Maria Fernanda Maurício (Maurício 1997, pp. 59-81).

### 5.3. DESENVOLVIMENTO DE UMA BD SOBRE OS DADOS TOPONÍMICOS DAS INQUIRIÇÕES GERAIS DE 1258

O sucesso deste potencial projeto complexo e ambicioso depende da elaboração de uma BD cuidadosamente planeada. Sobre este assunto, julgo trazer uma importante experiência adquirida no decorrer da já mencionada tese de doutoramento<sup>9</sup>. Dedicada ao território situado a norte do rio Douro e aos assuntos da administração periférica régia, desenvolvi-a recorrendo ao *Microsoft Excel*. Versou sobre diversos temas, entre os quais o tratamento de dados geográficos, sendo que da metodologia empregada resultou a identificação de 12 250 topónimos referidos nas Inquirições Gerais de 1258, tendo sido possível georreferenciar 5335 dos mesmos<sup>10</sup>.

Num primeiro momento, relativo à organização da tabela, tornou-se importante definir várias colunas que iriam integrar os dados selecionados. A primeira visava atribuir um código próprio a cada lugar identificado na fonte, procedimento sugerido por Miguel Nogueira (Nogueira 2010). As próximas colunas destinaram-se aos dados recolhidos diretamente da fonte, onde se respeitava a seleção das várias grafias dos topónimos, as observações pertinentes sobre o seu enquadramento geográfico<sup>11</sup> e assinando-se o seu contexto administrativo em 1258 (freguesia e julgado). Seguem-se outras colunas dedicadas à identificação do nome e à sua situação administrativa atual, assim como outros elementos de georreferenciação (o grau de fiabilidade e as coordenadas decimais, por longitude e latitude). Por fim, foi previsto um campo destinado às observações relativas à georreferenciação onde ficava indicada a fonte cartográfica usada.

Por sua vez, um segundo momento respeitou à definição de regras de catalogação, com vista a assegurar a uniformidade dos dados inseridos. Recorrendo a determinadas

---

<sup>9</sup> Na constituição desta BD, foi absolutamente indispensável a colaboração com Miguel Nogueira, da Infografia da FLUP, a quem dirijo agradecimentos individuais.

<sup>10</sup> Veja-se, *Infra*, em Anexo, a Figura 1.

<sup>11</sup> Conjunto de observações sobre a forma como o topónimo foi mencionado na fonte, considerando o seu posicionamento no texto (por exemplo, trata-se de um elemento de demarcação de propriedades) ou então o seu enquadramento social ou geográfico, como a proximidade para com elementos naturais ou junto de outros povoados vizinhos.

estratégias de anotação, assinaladas através de diferentes signos de pontuação, optei pelo uso do parêntesis curvo para identificar os topónimos georreferenciados no âmbito da microtoponímia. Já o parêntesis reto foi utilizado em quatro situações principais: em primeiro lugar, para referir locais que atualmente estão situados em território espanhol; em segundo lugar, para assinalar que a designação da freguesia medieval foi complementada com elementos exógenos à fonte; em terceiro lugar, para indicar paróquias efetivamente inquiridas, mas cujos títulos de inquirição não foram explicitamente mencionados (situação especialmente frequente no território dos distritos de Vila Real e Bragança, que foram inquiridos pela 4.<sup>a</sup> alçada); o quarto aspecto foi relativo ao uso da barra («/») como forma de incluir as diferentes grafias do topónimo. Por exemplo, um dos primeiros lugares mencionados, a freguesia de São Gens, do julgado de Prado, foi referido como «Sancti Gees», «Sancto Gees» ou «San Gees» (*Inq.* 1258: f. III, 293-294), formas que respeitamos utilizando o símbolo gráfico enunciado.

Apresentados os elementos de organização da BD e as regras de catalogação dos dados, passo agora a enunciar um conjunto de etapas preparatórias relativas à georreferenciação dos topónimos. Para tal, utilizei, predominantemente, o *Google Earth*, um *software* gratuito que permite a extração das coordenadas geográficas e a organização dos dados em marcadores passíveis de exportação para o *Excel*. Esta escolha e as respetivas vantagens assentam particularmente bem nas características intrínsecas do texto das Inquirições Gerais de 1258, dado que as testemunhas referem, na maioria das vezes, topónimos localizados nas suas próprias paróquias ou, no máximo, no território das freguesias limítrofes. Atendendo a esse facto, revelou-se igualmente essencial introduzir no *Google Earth* as delimitações da rede administrativa anterior à reforma de 2013, cuja configuração se aproximava com maior fidelidade do contexto medieval<sup>12</sup>.

Para o processo de georreferenciação foi fulcral designar um rumo de investigação hierarquizado. Por isso, no que concerne às fontes cartográficas procurei privilegiar a consulta das cartas militares, depois complementadas por Sistemas de Informação Geográfica concelhios (SIG) ou pelos Planos Diretores Municipais (PDM). Estes três oferecem uma cobertura suficientemente satisfatória e homogénea, providenciando tanto informações macrotoponímicas (nomes de lugares povoados) como microtoponímicas (designações das artérias interiores ou exteriores aos povoados, assim como elementos orográficos ou topográficos relevantes). Além destas fontes principais, as georreferenciações fizeram-se acompanhar de leituras bibliográficas rigorosas, sendo que no decorrer da minha tese de doutoramento consultei autores que estudaram territórios de um concelho ou de uma região, tais como, Teotónio da Fonseca (Fonseca 1948), Avelino de Jesus da Costa (Costa 1997; Costa 1981), Domingos A. Moreira (Moreira 1972), José Marques (Marques 1988; Marques 2005) e Francisco Manuel Alves

---

<sup>12</sup> É possível descarregar a malha administrativa pré-reforma para o *Google Earth* no *website* da Direção-Geral do Território. Direção-Geral do Património Cultural. *Carta Administrativa Oficial de Portugal* [Em linha] [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop>.

(Alves 2000), entre outros, e também recorri à leitura da corografia elaborada por Américo Costa (Costa 1929-1949).

Naturalmente, se as fontes indicadas ajudam a estabelecer uma base para a toponímia atual, a consulta da bibliografia é imprescindível para a compreensão de determinados fenómenos históricos que em muito impactaram a evolução da toponímia. Um dos exemplos mais paradigmáticos diz respeito ao lugar de Vila Franca, localizado na freguesia de Sendas, do concelho de Bragança. Tendo sido denominada como «Bragadinas» ou «Bragadin» nas Inquirições (*Inq. 1258*: f. VIII, 1312), esta povoação mudou de nome ainda durante o período medieval, passando a abraçar a forma referida. Nesse sentido, esta georreferenciação só foi possível recorrendo à obra de Francisco Manuel Alves, autor que disponibilizou a transcrição de um documento de 1311, onde ficou registado que «Item: terra de Bragadinha que ora ha nome Villa Franca» (Alves 2000, t. IV, p. 245).

Tendo em conta a disposição dos marcadores no *Google Earth*, defini alguns critérios que considereei serem importantes, sendo de destacar que este é um processo delicado e relevante, sobre o qual se sustentou o mapeamento de toda a informação. Sempre que foi possível, optei por privilegiar a georreferenciação dos topónimos junto de património material historicamente relevante, fazendo uso do atlas disponibilizado pela DGPC. Igualmente, favoreci localizações centradas na confluência entre as artérias viárias, especialmente quando rodeadas de materialidades civis. Aquando da ausência destes elementos, procurei basear-me em características geográficas enunciadas na fonte, tentando estabelecer uma correlação entre o posicionamento atual e a sua potencial localização na Época Medieval. Outra característica determinante associa-se às sedes paroquiais, cujas coordenadas obtidas devem assentar sobre os topónimos denominados «igrejas velhas» ou nos lugares onde esses antigos templos foram edificados.

No que concerne às georreferenciações, cumpre salientar uma última característica essencial relativa à atribuição de graus de fiabilidade, metodologia que alguns autores têm, atualmente, procurado explorar (Posner 2016). Nesse sentido, foram definidos três níveis, denominados «exato», «aproximado» e «conjeturado». O primeiro transmite certeza na identificação, sendo que, geralmente, o nome do lugar manteve a forma até aos nossos dias; o segundo grau refere-se, na maioria dos casos, a topónimos «compostos», ou seja, designações formadas por mais do que uma palavra, cuja correspondência toponímica atual apenas abrange parte dessa mesma designação<sup>13</sup>; por fim, as georreferenciações classificadas como «conjeturadas» dizem respeito a hipóteses formuladas com base em elementos da fonte, mas cuja validade suscita dúvidas.

Antes de concluir este ponto, considero importante refletir sobre a adaptação e disponibilização em linha de uma BD deste género. Tal preocupação assenta, sobretudo,

---

<sup>13</sup> Um exemplo disto diz respeito ao lugar de Sarrela, da freguesia de Vila de Prado, do concelho de Vila Verde, subsistindo na microtoponímia na «Rua de Varziela-Sarrela».

na incorporação de algumas noções essenciais observadas em projetos nacionais e internacionais previamente mencionados, nomeadamente no que respeita ao planeamento da garantia da inteligibilidade da fonte e à preparação da sua utilização para outras áreas científicas e noutros fins sociais e culturais. Relativamente ao primeiro aspeto, revela-se determinante o desenvolvimento de materiais de apoio, como notas críticas detalhadas sobre o processo de georreferenciação dos topónimos, à semelhança do que foi realizado pelos autores de *Regnum Regis*. Quanto ao segundo aspeto, o potencial atlas toponímico poderia, num futuro próximo, servir como recurso valioso para investigações académicas em múltiplas áreas, tais como a História ou a Arqueologia, prevendo-se também a sua aplicação em contextos educativos e civis, promovendo o interesse histórico dentro das comunidades locais. Além disso, poderá ser utilizado na Museologia, adaptado pelas instituições para indicar o conjunto de núcleos medievais habitados dentro da sua respetiva área de interesse.

## CONCLUSÃO

No presente artigo procurei chamar à atenção para uma lacuna significativa na historiografia nacional: a quase inexistência de projetos informatizados dedicados às Inquirições Gerais do século XIII, um dos *corpora* documentais mais relevantes do período medieval. Esta carência deveria ser colmatada nos próximos anos. Para além desse aspeto, a proposta aqui apresentada pretende ainda valorizar a toponímia portuguesa de forma inovadora. De facto, este ensaio centrou-se, sobretudo, na identificação e georreferenciação dos topónimos constantes nas Inquirições Gerais de 1258. Todavia, a riqueza informativa presente nestes inquéritos permite abrir novas perspetivas aos estudos de história local, possibilitando o levantamento de elementos individualizadores e significativos para cada lugar. Uma das principais mais-valias do estudo desta fonte reside, precisamente, na abundância de detalhes da vida social, económica e até mesmo política da sua época, que podem ser explorados e conferir, acima de tudo, uma «funcionalidade» inestimável a cada topónimo.

## FONTES PUBLICADAS

*Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum: Inquisitiones.*  
Vol. I, Fasc. IX. Edição de R. P. AZEVEDO. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1977.

*Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum: Inquisitiones.*  
Vol. I, Fasc. VIII. Edição de P. M. L. COELHO. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1961.

*Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum: Inquisitiones.*  
Vol. I, Fasc. IV e V. Edição de J. P. C. BASTO. Lisboa: Academia das Ciências, 1897.

*Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum: Inquisitiones.*  
Vol. I, Fasc. III. Edição de J. P. C. BASTO. Lisboa: Academia das Ciências, 1891.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALVES, Francisco Manuel, 2000. *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança. 12 tomos.
- ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz, e Sergio MARTÍNEZ MARTÍNEZ, 2006. *Atlas de villas medievales de Vasconia*. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos.
- BOLÒS, Jordi, 2013. *Atles històric de Menàrguens el paisatge històric d'un municipi de la comarca de la Noguera al llarg de dos mil anys*. Menàrguens: Ajuntament de Menàrguens.
- BOLÒS, Jordi, 2010. Cartografia, toponímia e historia medieval. Em: Xulio SOUSA FERNÁNDEZ, ed. *Toponímia e cartografía*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega, pp. 39-71.
- BOLÒS, Jordi, e Víctor HURTADO I CUEVAS, 2010. *Atlas dels comtats de la Catalunya carolíngia*. Barcelona: Rafael Dalmau. 10 vols.
- CARVALHO, Gonçalo Miguel Martins Cameira Sintrão de, 2019. *As inquirições régias entre 1220 e 1307. O exemplo do julgado de Cabeceiras de Basto*. Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1990. A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII. Em: Maria Helena da Cruz COELHO. *Homens, Espaços e Poderes* (séculos XI a XVI). Lisboa: Livros Horizonte, pp. 139-169. Vol. I: Notas do viver social.
- COSTA, Américo, 1929-1949. *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Porto: Livraria Civilização. 12 vols.
- COSTA, Avelino de Jesus da, 1997. *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*. Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- COSTA, Avelino de Jesus da, 1981. Povoamento e colonização do território vimaranense nos séculos IX a XI. Em: *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada. 850.º aniversário da batalha de S. Mamede (1128-1978)*. Guimarães: [s.n.], vol. III, pp. 135-196.
- EARHART, Amy E., 2012. The Digital Edition and the Digital Humanities. *Textual Cultures: Texts, Contexts, Interpretation*. 7(1), 18-28.
- ECHEVARRÍA ARSUAGA, Ana; José Manuel RODRÍGUEZ GARCÍA, 2010. *Atlas histórico de la Edad Media*. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces.
- FONSECA, Teotónio da, 1948. *O concelho de Barcelos aquém e além-Cávado*. Barcelos: Companhia Editora do Minho. 2 vols.
- FONTES, João Luís Inglês, 1996. A Terra de Vermoim nas Inquirições de 1220: o povoamento e a propriedade régia. Em: *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua época*. Guimarães: Câmara Municipal; Universidade do Minho, vol. 6, pp. 95-107.
- GAMEIRO, Odília Alves, 1996. A propriedade régia em Guimarães nas Inquirições de 1220. Em: *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães. D. Afonso Henriques e a sua época*. Guimarães: Câmara Municipal; Universidade do Minho, vol. 6, pp. 148-179.
- GARCÍA SÁNCHEZ, Jairo Javier, 2010. La elaboración de un atlas toponímico: el *Atlas Toponímico de España*. Em: Xulio SOUSA FERNÁNDEZ, ed. *Toponímia e cartografía*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega, pp. 147-177.
- GARCÍA SANCHEZ, Jairo Javier, 2007. *Atlas toponímico de España*. Madrid: Arco Libros.
- GONÇALVES, Iria, 2012. *Por terras de Entre Douro-e-Minho com as Inquirições de D. Afonso III*. Porto: CITCEM; Afrontamento.
- GONÇALVES, Iria, 1978. O Entre Cávado e Minho, cenário de expansão senhorial no século XIII. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. IV Série, 399-440.

- HSU, Wendy F., 2016. Lessons on Public Humanities from the Civic Sphere. Em: Lauren F. KLEIN, e Matthew K. GOLD, eds. *Debates in the Digital Humanities 2016* [Em linha]. Minneapolis: University of Minnesota Press [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled/section/0c337efc-8ed6-4af0-b997-5bdae84ce0d8#ch24>.
- KLEIN, Lauren F., e Matthew K. GOLD, 2016. Digital Humanities: The Expanded Field. Em: Lauren F. KLEIN, e Matthew K. GOLD, eds. *Debates in the Digital Humanities 2016* [Em linha]. Minneapolis: University of Minnesota Press [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled/section/14b686b2-bdda-417f-b603-96ae8fbbfd0f>.
- KRUS, Luís, 2011. O discurso sobre o passado na legitimação do senhorialismo português dos finais do século XIII. Em: Luís KRUS. *A Construção do Passado Medieval. Textos Inéditos e Publicados*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 171-179.
- KRUS, Luís, 1993. D. Dinis e a herança dos Sousas: o inquerito régio de 1287. *Estudos Medievais*. (10), 119-158.
- KRUS, Luís, 1985. Inquirições. Em: José Costa PEREIRA, coord. *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Lisboa: Alfa. Vol. 1.
- KRUS, Luís, 1981. Escrita e Poder: as Inquirições de Afonso III. *Estudos Medievais*. (1), 59-79.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, e João José Alves DIAS, 2003. *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade NOVA de Lisboa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, Iria GONÇALVES, e Amélia Aguiar ANDRADE, 1990. *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (séculos XII-XV)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade NOVA de Lisboa.
- MARQUES, José, 2005. O território do Concelho de Vila Verde, na Idade Média. *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Vila Verde. (1), 49-72.
- MARQUES, José, 1988. *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MARQUES, Daniel Filipe da Costa, 2025a. *A administração régia periférica a norte do Douro segundo as Inquirições Gerais de 1258* [Em linha]. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/168670>.
- MARQUES, Daniel Filipe da Costa, 2025b. A administração régia nas Inquirições Gerais de 1258: ofícios e funções. Em: Celia VILA FERNÁNDEZ et. al., eds. *Omnia Restituo* [Em linha]. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 127-151 [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15304/me.2025.1867>.
- MATTOSO, José, 2015. *Identificação de um País*. Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores.
- MATTOSO, José, Luís KRUS, e Olga BETTENCOURT, 1982. As Inquirições de 1258 como fonte da História da nobreza — o julgado de Aguiar de Sousa. *Revista de História Económica e Social*. (9), 17-74.
- MAURÍCIO, Maria Fernanda, 1997. *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*. Lisboa: Edições Colibri.
- McGRAIL, Anne B., 2016. The “Whole Game”: Digital Humanities at Community Colleges. Em: Lauren F. KLEIN, e Matthew K. GOLD, eds. *Debates in the Digital Humanities 2016* [Em linha]. Minneapolis: University of Minnesota Press [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled/section/39a2e421-1588-455a-8828-3709a728126f#ch02>.
- Meeting the judge. The late medieval Portuguese peripheral justice in geographical and chronological context*. Edição de Adelaide COSTA, Mário FARELO, e Gonçalo Melo da SILVA. Palermo: Officina di Studi Medievali, 2023.
- MONSALVO ANTÓN, José María, 2010. *Atlas histórico de la España medieval*. Madrid: Síntesis.
- MOREIRA, Domingos A., 1989-1990. Freguesias da diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais. 2.ª Parte: (Fascículo R-V) – (Conclusão). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2.ª Série, 7/8, 7-117.

- MOREIRA, Domingos A., 1987-1988. Freguesias da diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais. II Parte — Inventariação Onomástica (Fascículo P). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2.ª Série, 5/6, 7-53.
- MOREIRA, Domingos A., 1985-1986. Freguesias da diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais. II Parte — Inventariação Onomástica (Fascículo G-O). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2.ª Série, 3/4, 61-157.
- MOREIRA, Domingos A., 1984. Freguesias da diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais. II Parte — Inventariação Onomástica (B-F). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 2.ª Série, 2, 7-86.
- MOREIRA, Domingos A., 1972. Freguesias da diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais (Continuação do Vol. XXXIV – Fasc. 3-4) II Parte. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. 1.ª Série, XXXV, 141-237.
- MOUTA, Fernando Jorge Cruz, 2023. *Comércio, Cooperação e Conflito no Litoral Atlântico Africano (1435-1622). Para além do tráfico transatlântico de escravos*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- NOGUEIRA, Miguel, 2010. Percurso metodológico para a implementação de um SIG em arqueologia mineira: breves reflexões. Em: Carla Maria Braz MARTINS, coord. *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Porto: CITCEM, pp. 179-187.
- PÉREZ PIQUER, Aigües-Vives, 1997. Atlas toponímico valencian. *Societat d'Onomàstica: bulletí interior* [Em linha]. (71), 837-847 [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/BISO/article/view/411799>.
- POSNER, Miriam, 2016. What's next: The Radical, Unrealized Potential of Digital Humanities? Em: Lauren F. KLEIN, e Matthew K. GOLD, eds. *Debates in the Digital Humanities 2016* [Em linha]. Minneapolis: University of Minnesota Press [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled/section/a22aca14-0eb0-4cc6-a622-6fee9428a357#ch03>.
- RIBEIRO, João Pedro, 1815. *Memórias para a História das Inquirições dos primeiros Reinados de Portugal coligidas pelos discípulos da Aula de Diplomática no ano de 1814 para 1815 debaixo da direção dos Lentos Proprietário, e Substituto da mesma Aula*. Lisboa: Na Impressão Régia.
- ROBERTSON, Stephen, 2016. The Differences between Digital Humanities and Digital History. Em: Lauren F. KLEIN, e Matthew K. GOLD, eds. *Debates in the Digital Humanities 2016* [Em linha]. Minneapolis: University of Minnesota Press [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled/section/ed4a1145-7044-42e9-a898-5ff8691b6628#ch25>.
- ROSELLÓ VERGER, Vicenç Maria, 2008. *Cartografia històrica dels Països Catalans*. Girona: Universitat de Girona.
- SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel et. al., ed., 1999. *Atlas Histórico de Cantabria*. Santander: Grupo de Investigación en Geografía Histórica de Cantabria.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 2021. Da cooperação ao conflito: poder régio versus poder senhorial em Portugal através das Inquirições Gerais dos séculos XIII e XIV. Em: Raquel MARTÍNEZ PEÑÍN, e Gregoria CAVERO DOMÍNGUEZ, coord. *Poder y poderes en la Edad Media*. Murcia: Sociedad Española de Estudios Medievales; Editum, pp. 429-460.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 2018. Monarquia e Aristocracia em Portugal (séculos XII-XIV). «Forais» e «Inquirições» na construção de uma Geografia do Poder Régio. Em: Fernando ARIAS GULLÉN, e Pascual MARTÍNEZ SOPENA, eds. *Los espacios del Rey: poder y territorio en las monarquías hispánicas (siglos XII-XIV)*. Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, pp. 133-183.

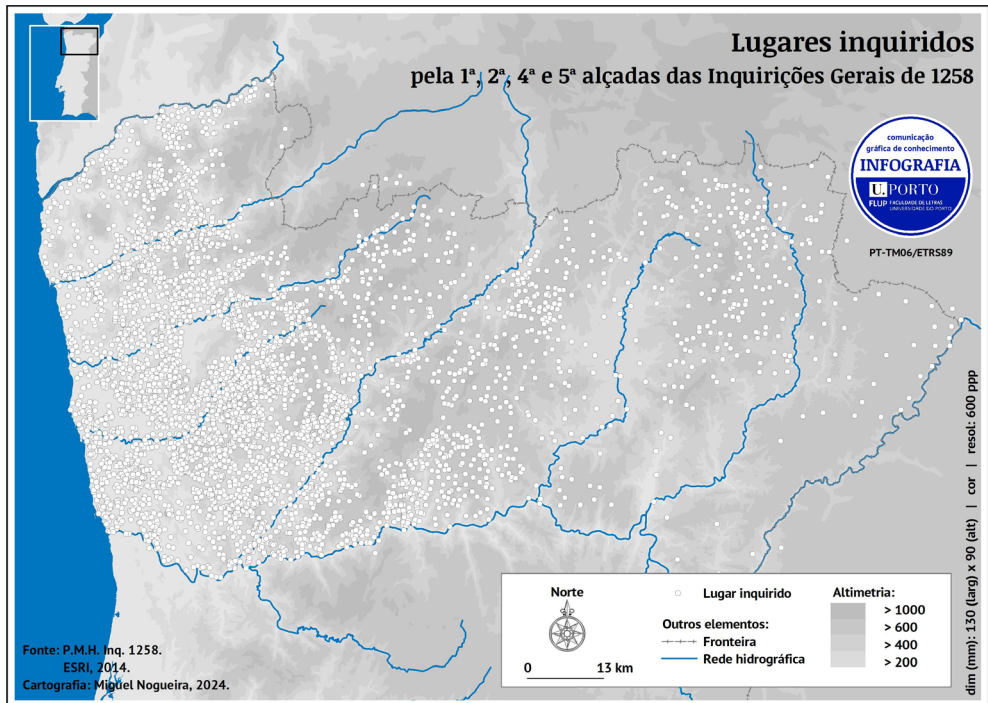
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 2016. A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII-XV). Uma relação de serviço? Em: *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media. Actas de la XLII Semana de Estudios Medievales de Estella-Lizarrar*. Iruña/Pamplona: Gobierno de Navarra, pp. 141-176.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 2013. As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII -XIV): fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica — breves apontamentos. *Ciências e Técnicas do Património: Revista da Faculdade de Letras*. **XII**, 275-292.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 2005. *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, e Miguel NOGUEIRA, 2017. A propriedade senhorial nas Inquirições dos finais do século XIII. Coutos e honras, quintãs, paços e torres (II Parte). Douro Litoral, Trás-os-Montes/Alto Douro e Beiras. Em: *Actas do 4.º Congresso Internacional Casa Nobre um património para o futuro*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, pp. 54-77. Tomo I: *Memória histórica*. Arquivos e documentação familiar.
- SOUSA FERNÁNDEZ, Xulio, ed., 2010. *Toponimia e cartografía*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Instituto da Lingua Galega.
- TENEN, Dennis, 2016. Blunt Instrumentalism: On Tools and Methods. Em: Lauren F. KLEIN, e Matthew K. GOLD, eds. *Debates in the Digital Humanities 2016* [Em linha]. Minneapolis: University of Minnesota Press [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled/section/09605ba7-ca68-473d-b5a4-c58528f42619#ch09>.
- THALLER, Manfred, 2012. Controversies around the Digital Humanities: An Agenda. *Historical Social Research/ Historische Sozialforschung*. **37**(3), 7-23. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/262082740\\_Controversies\\_around\\_the\\_Digital\\_Humanities\\_An\\_Agenda](https://www.researchgate.net/publication/262082740_Controversies_around_the_Digital_Humanities_An_Agenda).
- TRINDADE, Maria José Lagos, 1981a. A propriedade das Ordens Militares nas Inquirições Gerais de 1220. Em: Maria José Lagos TRINDADE. *Estudos de História Medieval e outros*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 129-143.
- TRINDADE, Maria José Lagos, 1981b. Questões da Administração local nas Inquirições gerais de Afonso III. Em: Maria José Lagos TRINDADE. *Estudos de História Medieval e outros*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 145-163.
- UNDERWOOD, Ted, 2019. Digital Humanities as a Semi-Normal Thing. Em: Lauren F. KLEIN, e Matthew K. GOLD, eds. *Debates in the Digital Humanities 2019* [Em linha]. Minneapolis: University of Minnesota Press [consult. 2025-09-20]. Disponível em: <https://dhdebates.gc.cuny.edu/read/untitled-f2acf72c-a469-49d8-be35-67f9ac1e3a60/section/ac5fc1c4-abcb-4a04-8a4b-fa5fe763220e#ch10>.
- VENTURA, Leontina, 2006. *D. Afonso III*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VIANA, Mário, 2015. Estudo de caso em História. Os casais despovoados nas inquirições régias portuguesas (1220-1258): uma aproximação com Python. Em: Hélia GUERRA et al. *Mineração de texto em Humanidades*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 231-293.
- VIANA, Mário, 2013. Os preços agrícolas nas inquirições de 1258. Em: Jesús Ángel SOLÓRZANO TELECHEA, e Mário VIANA, eds. *Economia e instituições na Idade Média. Novas abordagens*. Ponte Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, pp. 39-64.
- VIANA, Mário, 2009. As medidas de capacidade nas inquirições de 1258. Em: Maria do Rosário Themudo BARATA, e Luís KRUS, dir. *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 681-704.

## ATLAS E BASES DE DADOS *ONLINE*

- ALBERTO, Paulo Farmhouse, e Carlos Prieto ESPINOSA, eds., 2015. *CODOLPOR: Corpus Documentale Latinum Portucalense* [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://codolpor.letras.ulisboa.pt/>.
- ALVES, Daniel, et. al., 2010-2019. *Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental* [Em linha] [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://litescape.ielt.fcsh.unl.pt/>.
- BREE, P. van, e G. KESSELS, 2013. *Nodegoat: a web-based data management, network analysis & visualisation environment* [Em linha] [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://nodegoat.net/>.
- BRITO, C., et. al., 2022. *Sea Citation Database* [Em linha]. Lisboa: Centro de Humanidades [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <http://cehresearch.org/SeaCite/seacite.php>.
- CARRACEDO FRAGA, Xosé, et. al., 2024. *CODOLGA* [Em linha]. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://corpus.cirp.gal/codolga/>.
- CEREIXO SILVA, Amparo, et. al., 2008. *Inventario Toponímico da Galicia Medieval* [Em linha]. Santiago de Compostela [consult. 2025-07-06]. Disponível em: [https://ilg.usc.es/itgm/doc/ITGM\\_FOLLA%20INFORMATIVA\\_paxina\\_web.pdf](https://ilg.usc.es/itgm/doc/ITGM_FOLLA%20INFORMATIVA_paxina_web.pdf).
- CHARLES, B., dir., 1997-. *PhiloBiblon* [base de dados em linha]. Berkeley: Universidade da Califórnia [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://philobiblon.upf.edu/html/index.html>.
- DGPC [Direção-Geral do Património Cultural], 2014-2015. *Património Arquitectónico Protegido em Portugal* [Em linha]. Lisboa [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/PublicInformation/index.html?appid=2047c8c660ee42ca84515c9b87964cef&fbclid=IwAR3F653xTmrsDUYOxUPOD0asIEVaGrBTNU1CO6Zy16nVBUZPpqkeyT5IYtho>.
- DGPC [Direção-Geral do Património Cultural], 2024. *Atlas do património classificado e em vias de classificação* [Em linha]. Lisboa [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=7f7d5674280f41849c0a0869ced22d91>.
- DMMapp [Em linha] [consult. 2025-07-06]. 2025. Disponível em: <https://digitizedmedievalmanuscripts.org/map>.
- DOMINGUES, José, e Vidal MOREIRA, coord., 2012. *CLIMA: Corpus Legislativo da Idade Média Anotado* [base de dados em linha]. Porto: Universidade Lusíada [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://www.ulusiada.pt/clima/>.
- FamalicãoID [Em linha]. Vila Nova de Famalicão: Município de Vila Nova de Famalicão, 2014 [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://famalicaooid.org/>.
- FERRÉ, Pere, et. al., 2019. *Romanceiro.pt* [base de dados em linha]. Évora: Universidade de Évora [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://ielt.fcsh.unl.pt/portfolio/romanceiro/>.
- GASPAR, Joaquim Alves, et. al., 2017-2022. *The medieval and Early Modern Nautical Chart: Birth, Evolution, and Use* (Medea-chart) [Em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://medea.fc.ul.pt/main/>.
- Hereditas: atlas da paisagem cultural* [Em linha]. Guimarães: Município de Guimarães, 2021-2025 [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://atlas.cm-guimaraes.pt/>.
- HOLTERMAN, Bart, et al., ed., 2025. *Viabundus Pre-modern Street Map 2* [Em linha] [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://www.landesgeschichte.uni-goettingen.de/handelsstrassen/info.php>.
- Humanidades Digitales Hispánicas* [Em linha]. 2012-2025 [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://humanidadesdigitaleshispanicas.es/>.
- IEM Geoportal* [Em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2025 [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://iem.fcsh.unl.pt/recursos/iem-geoportal/>.
- LOPES, Graça Videira, et al., 2019-. *Cantigas medievais galego-portuguesas* [base de dados em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais/FCSH/NOVA [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://cantigas.fcsh.unl.pt/apresentacao.asp>.

- Regnum Regis — Bibliografia* [base de dados em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2014 [consult. 2024-12-18]. Disponível em: <https://arquivo.pt/noFrame/replay/20240112182556>  
<https://iem.fcsh.unl.pt/section.aspx?kind=outros&id=258>.
- ROLDÃO, Filipa, e Joana SERAFIM, 2021-2024. *iforal — Forais medievais portuguesas: uma perspetiva histórica e linguística na era digital* [base de dados em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://iforal.hypotheses.org/>.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, et. al., dir., 1993-2005. *Atlas de Cartografia Histórica* [Em linha]. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php?lang=pt>.
- SOUTINHO, Pedro, 2024. *Vias Romanas em Portugal* [Em linha] [consult. 2025-07-06]. Disponível em: <https://www.viasromanas.pt/>.

## ANEXO



**Fig. 1.** Lugares inquiridos pelas 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> alçadas das Inquirições Gerais de 1258

Fonte: Marques 2025b, p. 130

